

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
Câmpus Inconfidentes

ANA PAULA DIAS CORRÊA

DIFICULDADES QUE OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO ENCONTRAM EM TRABALHAR COM A SEXUALIDADE NA
ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Câmpus
Inconfidentes, como parte dos requisitos para obtenção do título
de Especialista em Educação em Ciências.

ORIENTADORA: Paula Inácio Coelho

INCONFIDENTES – MG

2013

ANA PAULA DIAS CORRÊA

DIFICULDADES QUE OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA DE
ENSINO ENCONTRAM EM TRABALHAR COM A SEXUALIDADE NA
ESCOLA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Monografia apresentada ao Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais, Câmpus
Inconfidentes, como parte dos requisitos para obtenção do título
de Especialista em Educação em Ciências.

Comissão Examinadora

Prof^a. Paula Inácio Coelho

Prof^o. Luis Carlos Negri

Prof^o. Rafael César Bolleli Faria

RESUMO

O presente artigo consiste em um relato de experiência que busca problematizar as dificuldades que os professores encontram em trabalhar a Educação Sexual na escola. Tema proposto pelos Parâmetros Curriculares Nacionais- PCNs com a finalidade de trabalhar o senso crítico e promover a saúde da criança e do adolescente, sendo trabalhado como tema transversal. A discussão da sexualidade na escola provoca polêmicas porque os assuntos ligados à sexualidade estão repletos de preconceitos e tabus, não sendo visto no âmbito escolar de forma tranquila pela sociedade. Os professores encontram dificuldades em trabalhar esse tema devido à história de regulação e construção normativa de nossa sexualidade que os atinge, também, como docentes. Outra questão a se destacar refere-se à ausência de cursos de capacitação que os preparem e os motivem a desenvolver a educação sexual em sala de aula.

Palavras chave: Formação docente. Educação sexual. Escola.

ABSTRACT

This article consists of an experience report that raises questions about the difficulties that teachers are working in the sex education in school. Theme proposed by the National Curriculum-PCNs with the purpose of working critical thinking and promotes the health of children and adolescents, and worked as a crosscutting theme. The discussion of sexuality in school causes controversy because sexuality issues are full of prejudices and taboos, not being seen in the school so peaceful society. Teachers find it difficult to work with this theme because of the history of regulation and normative construction of our sexuality that reaches also as teachers. Another issue to highlight refers to the absence of training courses that prepare and motivate them to develop sex education in the classroom.

INTRODUÇÃO

Este artigo origina-se da minha experiência enquanto docente das disciplinas de ciências e biologia e das observações que fiz sobre as dificuldades encontradas por alguns professores para abordar conteúdos dessas disciplinas relacionados às questões ligadas à sexualidade.

Relato um pouco das experiências e observações que me motivaram a produzir esse artigo. No ano de 2010 trabalhei em uma escola de ensino fundamental anos iniciais e, em um determinado momento do currículo, nós, professoras de ciências e biologia trabalhávamos o conteúdo sobre “reprodução”. Foi então que uma colega solicitou a minha ajuda para abordar o tema em sua sala de 5º ano, pois não sabia como trabalhar esse assunto com sua turma. Em outra escola, de ensino médio, meus colegas comentaram que me ouviram tratar o tema “Educação Sexual” com meus alunos com muita naturalidade e depois me perguntaram como eu conseguia falar sobre sexo com eles com tanta facilidade e clareza.

Essas duas situações me deixaram intrigada e decidi investigar por que tantos professores sentem dificuldades quando precisam trabalhar sobre sexualidade com seus alunos ou até mesmo responder uma pergunta sobre sexo a eles. Por que falar sobre sexo causa receio? Por que é tão problemático discutir sobre sexualidade em um espaço como a sala de aula? O que há com as questões relacionadas à sexualidade que as tornam tão melindrosas? Assim, neste artigo, buscarei problematizar e compreender a partir de minhas observações e experiência, enquanto docente e, também, por meio do diálogo com alguns autores que estudam o tema, como as questões referentes à sexualidade têm sido pensadas e praticadas por professores no espaço escolar.

Ao abordar a relação educação e sexualidade é preciso esclarecer que não estou tratando apenas de práticas sexuais, mas, também, de questões relacionadas ao gênero e ao corpo. Assim, ao pesquisar sobre as dificuldades encontradas por professores para lidar com o tema da sexualidade em sala de aula, parto de uma concepção social, histórica e cultural dos conceitos de sexo, corpo e gênero.

I. A HISTORICIDADE DE NOSSA SEXUALIDADE

Para Foucault (1985) a sexualidade é um dispositivo histórico cuja constituição inicia-se a partir do século XVII com a formação de um conjunto de práticas discursivas e institucionais que colocaram o sexo como foco de problematização social e humana. Até o século XVII a sexualidade era vista com naturalidade. Podia-se falar abertamente sobre questões referentes ao sexo. Não havia segredos entre adultos e crianças, a obscenidade, a indecência e os discursos desfreados eram permitidos a todos.

Nesses três últimos séculos, XVII, XVIII e XIX, houve mudanças em relação a nossa forma de compreender, agir e falar sobre as práticas sexuais. O sexo passou a ser alvo de proibições, de discussões, de estudos e investigações. Havia um severo controle por especialistas como psiquiatras, psicólogos, médicos quanto ao falar e também praticar o sexo. As pessoas que fugissem às regras eram tratadas como doentes e passaram a ser analisadas, estudadas, medicadas. (FOUCAULT, 1985, P. 37)

Todo esse controle do sexo tem suas origens na evolução do que Foucault chamou de Pastoral Cristã e também, na constituição do Estado Moderno. A sexualidade passou a se proliferar no discurso de quem confessa e nas instituições reguladas pelo Estado. Para se livrarem do pecado as pessoas tinham que confessar suas práticas sexuais aos diretores espirituais, contar tudo o que faziam nos mínimos detalhes, os gestos, os sentimentos, os pensamentos e desejos, os toques sensuais. “Dizer tudo, repetem os diretores espirituais: não somente os atos consumados como também os toques sensuais, todos os olhares impuros, todas as palavras obscenas..., todos os pensamentos consentidos.”(FOUCAULT, 1985, p.24)

Em seu projeto de governo o Estado focou sua ação na gestão da população através do controle das taxas de natalidade, estado de saúde, incidências de doenças, alimentação e moradia. Em torno desse projeto de governo formaram-se relações de poder constituídas pelos produtores de saber sobre o sexo, autoridades como médicos, padres, professores, governantes. Deste saber formaram-se três códigos explícitos referentes às práticas sexuais: o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil. Elas fixavam o permitido e o proibido, cada qual a sua maneira. Através de todo esse discurso em torno da sexualidade, cumpriam-se as condenações judiciais das perversões, definia-se a forma sexual irregular, criando tratamentos médicos em torno de qualquer fantasia considerada imoral. Instituiu-se, então, uma norma para a sexualidade que passou a ser considerada, em termos sadios e morais, apenas para a reprodução. As conversas foram proibidas, principalmente entre as

crianças, que por sinal, passaram a ser vigiadas para que não cometessem o ato da masturbação, como cita o trecho abaixo.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não tem sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. (FOUCAULT, 1985, p. 10)

Em torno das crianças, foram instalados dispositivos de vigilância para que não houvesse manifestações de prazeres, criaram-se armadilhas para forçá-las a confessar, impuseram corretivos e discursos incansáveis, pais e educadores eram alertados para que vigiassem, pois poderiam ser considerados culpados se não desconfiassem de tudo.

A sociedade passou a impor suas regras em relação à sexualidade e tudo que era fora do “normal”, perante ela, deveria ser excluído, banido, como no caso das prostitutas e dos homossexuais. Como destaca Foucault a respeito dos códigos morais da época, “Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutro lugar”.(FOUCAULT,1985, p.10)

Tudo passou a ser considerado anormal patológico: a prostituição, o homossexualismo, a sodomia, o adultério, o estupro deveriam ser tratados com médicos, psicólogos, especialistas, pois eram consideradas doenças e também confessados a religiosos tudo nos mínimos detalhes.Sem falar nos hermafroditas, que, por muito tempo foram considerados criminosos. “Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção”. (FOUCAULT, 1985, p.10)

Portanto, com Foucault, considero que a nossa forma de relacionamento e compreensão da sexualidade advém das relações saber/poder que, a partir do século XVII, colocaram o sexo no campo de problematizações do saber sobre o homem. Destes saberes, surgiram relações de poder que normatizaram as práticas sexuais, excluindo, curando ou corrigindo, através das instituições sociais, aqueles que não se encaixavam na norma. Dentre essas instituições sociais de correção e normatização das relações sexuais, a escola teve um papel central para a produção da sexualidade considerada “normal”.

Atualmente, a escola é convocada por segmentos sociais, defensores da diversidade sexual, a discutir as questões referentes à sexualidade e ao gênero. Como a escola vem tratando as questões referentes à sexualidade?

II. DIFICULDADES E DESAFIOS DE SE TRABALHAR A EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

De acordo com Figueiró (1998) a história da educação sexual no Brasil tem início nas décadas de 20 e 30, com a participação de médicos e professores na defesa da inclusão da Educação Sexual na escola, para ajudar a aumentar o conhecimento e melhorar a saúde da mulher, não se preocupando com as questões de gênero ou papéis sexuais. Segundo a autora a primeira iniciativa de inclusão da Educação Sexual no currículo escolar foi no Colégio Batista do Rio de Janeiro em 1930 e permaneceu por vinte e quatro anos, quando o professor responsável pelo projeto, foi processado e demitido do cargo, em 1954. “[...] médicos e educadores em um número considerável manifestavam-se a favor da educação sexual como forma de evitar a perversão moral, as psicoses sexuais e a degeneração física, bem como assegurar a saudável reprodução da espécie. (BRUSCHINI & BARROSO, 1986, p.32 apud, FIGUEIRÓ, 1998, p. 12.)

É certo que o governo nas décadas de 60 e 70, dificultou o trabalho de implantação da Educação Sexual nas escolas, pois questionava que esta obrigação era da família: “[...] entendemos no Brasil que primordialmente é à família que compete uma educação nos problemas de educação sexual (...). Realmente no Brasil, em regra geral, somos contrários às chamadas aulas de educação sexual...” (Rosemberg, 1985, p.1 apud, FIGUEIRÓ, 1998, p. 125).

Várias foram as tentativas em alguns estados do Brasil, como em São Paulo e no Paraná, mais especificamente, na cidade de Londrina, de incluir projetos nas escolas para tratar esse tema, mas os mesmos duravam cerca de cinco anos e acabavam em nada, pois não tinham o apoio do governo, ou quando apoiavam, acabavam mudando de ideia e considerando desnecessário naquele momento.

Outro ponto que dificultava a implantação da Educação Sexual na escola era a pressão que alguns professores que tentavam trabalhar esse tema sofriam, com processos, remoções e até ameaças de morte por pais que não aceitavam esse projeto ou que eram protestantes. Em Londrina, ficou famoso o caso do professor de ciências, que trabalhava em uma das escolas estaduais de 5ª a 8ª séries a Educação Sexual, onde foi acusado de aliciamento de menores, por pais de seis alunos protestantes, tendo sido afastado do cargo e removido para outra escola, pois recebeu até ameaças de morte. (FIGUEIRÓ, 1998, p.129)

Trago a reflexão para os dias atuais e percebo que a vigilância em torno da educação sexual ainda persiste. Na escola em que trabalho, ocorreu um fato que me aborreceu. Fui chamada pela diretora para explicar como eu estava trabalhando o conteúdo de “Reprodução” com a turma de 8º ano, pois ela havia recebido reclamação de uma mãe que estava preocupada porque a filha estava tendo aula sobre “sexo” e a mesma estava com vergonha perante os meninos da sala. Precisei mostrar para a diretora meus planos de aula e explicar como estava desenvolvendo o conteúdo, para que ela transmitisse a mãe, que por sinal não quis falar comigo, que eu estava trabalhando da maneira considerada correta e que eu não estava ensinando nada sobre “sexo” para os alunos.

Outro fato interessante foi uma palestra sobre “Orientação Sexual”, feita por um profissional da saúde, para as séries finais do ensino fundamental. O diretor queria sentar com o palestrante antes da palestra para selecionar o que ele poderia falar ou não com os alunos sobre sexualidade. Assim, percebemos que quando o assunto é educação sexual, o receio e o controle sobre o discurso e a discussão ainda persistem, seja por parte da família, ou dos próprios profissionais de ensino, o que dificulta as ações dos professores que se envolvem com a educação sexual.

Em 1997, o MEC considerou que a “Orientação Sexual” nas escolas é um tema de grande importância e urgência e que precisa ser trabalhado no ensino fundamental e médio, sendo assim, implantou-o nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) juntamente com a LDB n.9.394/96. Para o MEC, na escola há uma variedade de classes sociais e culturais, em que adolescentes e jovens têm necessidade de saber a respeito de reprodução, prevenção, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis e também discutir questões sobre o corpo e sobre a diversidade sexual. É neste ponto que a educação escolar encontra seu maior desafio.

Atualmente, trabalho em uma escola pequena de bairro onde funciona apenas o ensino fundamental I e II. No decorrer do ano pude observar que os alunos dessa escola têm uma curiosidade além do normal a respeito de sexualidade, pois em várias ocasiões durante as aulas referentes a outros assuntos, eles me interrompiam para fazer alguma pergunta sobre sexo. Procurei investigar o motivo dessa curiosidade tão acentuada e descobri através de uma conversa com uma aluna, que os pais são muito conservadores e não admitem que os filhos falem sobre o assunto em casa. Usando as palavras dessa aluna, que afirmou: “Se eu perguntar

alguma coisa sobre sexo para minha mãe ela me mata”. Sabendo que eu poderia ter problemas com os pais, decidi abordar o assunto partindo das próprias curiosidades dos alunos fazendo uma caixa de perguntas e curiosidades para que depositassem ali, em anonimato, suas questões e na aula seguinte fui esclarecendo as questões uma a uma. O resultado foi bom, pois esclareci suas dúvidas, interagi com eles numa conversa franca e não recebi nenhuma reclamação dos pais, pois estava respondendo as perguntas que partiam dos próprios alunos. Arquivei as perguntas como prova para um possível questionamento dos pais.

Vimos, com Foucault (1985), que a sociedade ocidental a partir do século XIX e através de seus aparatos de saber e poder disciplinou a sexualidade e construiu uma norma sexual heterossexual. Neste contexto a escola teve o papel central de disciplinar, incentivar e até mesmo conduzir seus estudantes para uma sexualidade “normal”, ou seja, para a aceitação dos papéis estáveis do masculino e do feminino. Louro (2010) discute a delicada situação da escola na constituição das identidades sexuais,

Nesse processo, a escola tem uma tarefa bastante difícil. Ela precisa se equilibrar sobre um fio muito tênue: de um lado, incentivar a sexualidade “normal” e, de outro, simultaneamente, contê-la. Um homem ou uma mulher “de verdade” deverão ser necessariamente, heterossexuais e serão estimulados para isso. (LOURO, 2010, p.26).

A autora ressalta ainda, que num espaço escolar, onde as normas de sexualidade são reproduzidas, mesmo que com sutileza, quem demonstra sua sexualidade com mais ousadia, passa a ser apontado e vigiado, tanto pelos colegas quanto pelos professores, pois não está se comportando da maneira considerada “correta” deixando assim, de ser vista como uma criança “pura e inocente”. (LOURO, 2010, p. 26).

A vigilância, o cuidado e o disciplinamento que a escola tem com a sexualidade, fazem com que as crianças e adolescentes sintam vergonha ou culpa em ter curiosidades e interesses sobre o assunto, se privando de perguntas e dúvidas. “As perguntas, as fantasias, as dúvidas e a experimentação do prazer são remetidas ao segredo e ao privado.”(LOURO,2010, p. 27).

Quanto à homossexualidade, muitas vezes cria um aparato de vigilância, que se demonstra mais severa principalmente sobre os homens. “De modo especial, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase impedidas, em muitas

situações sociais.”(LOURO,2010, p. 27).A autora descreve em seu texto uma experiência vivida por Máirtín Mac Ghail, na escola secundária inglesa, onde era professor.

“[...] Um aluno, logo após saber que havia passado nos exames, entregou a Máirtín, no pátio da escola, um buquê de flores. Rapidamente o fato se espalhou, e professores e estudantes passaram a se referir à situação através de piadas heterossexistas. Em conseqüência, o estudante acabou se envolvendo numa briga para se “defender”, e o diretor chamou o professor à sua sala. (LOURO, 2010, p.2, apud, GHAILL, 1994, p.1).

Ali, conta Máirtín, o constrangimento, a indignação e homofobia que vivenciou, pois o diretor o repreendeu pelo episódio ocorrido no pátio quanto à troca de flores, não levando em conta a briga, pois, para Máirtín, a agressão física que o aluno sofreu é que deveria ser questionada. O diretor não estava preocupado com a agressão, pois isso era atitude de homem, “aceita” pela sociedade, já a troca de flores, foi para ele uma situação “anormal”, fora do que a sociedade tolera.

Há dois anos, trabalhei em uma escola onde um aluno resolveu assumir que era gay, apesar de ser visível e ele já vir sofrendo bullying por parte de alguns colegas e outras pessoas que também passaram a comentar e a questionar a maneira que ele se vestia e agia. Ele me procurou para desabafar suas angústias, pois como eu havia trabalhado o Tema “Educação Sexual” com sua turma, ele se sentiu mais a vontade em conversar comigo. Resolvi fazer um trabalho com sua turma a respeito do bullying, conversando sobre o assunto passando vídeos de conscientização quanto ao respeito ao próximo. Como surtiu efeito com a sala, resolvi providenciar uma palestra para a escola toda no qual obtivemos um resultado muito positivo.

O afeto e as trocas de carícias entre homens são menos tolerados. O homem desde cedo, é ensinado a agir com mais brutalidade, são instruídos a não demonstrar suas emoções, sendo intolerantes às “frescuras”, são educados desde pequeno, para serem “machos”, aprendem a fazer piadas e gozações sobre homossexuais.

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pelo afastamento, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse

“contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. (LOURO, 2010, p. 29).

A escola, que deveria ser um local de esclarecimento, de informação e de possível acolhimento, na verdade, se torna um local de tortura para a sexualidade diferente da considerada “normal”, pois ela ignora a homossexualidade, mudando o seu papel de “local do conhecimento” para “local da ignorância”.

[...] as escolas – que supostamente, devem ser um local para o conhecimento – são, no tocante a sexualidade, um local de ocultamento. A escola é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua condição de homossexual ou bissexual. (LOURO, 2010, p. 30, apud, JOHNSON, 1996, p. 176).

De forma geral, a educação sexual na escola, muitas vezes, acaba sendo trabalhada de uma maneira mais voltada para a higiene e prevenção ao invés de abordar a sexualidade em geral, como as questões relacionadas às relações de gênero e a diversidade das práticas sexuais. Britzman, (2010), discute um estudo apresentado em Genebra, em uma Conferência sobre HIV/AIDS, por um pesquisador de Montreal, Robert Bastien, em 1998, em que este pesquisou a pedagogia seguida por docentes do ensino médio, em relação ao ensino sobre HIV/AIDS. O estudo apontou que esses temas são passados aos alunos não através de um diálogo franco sobre questões íntimas e curiosidades, mas através de uma dinâmica comum às escolas de perguntas feitas pelo professor e respostas já esperadas pelos alunos, não tendo estímulo algum de ambas as partes de discutir a sexualidade de forma curiosa e investigativa, tornando a aula “chata” e desinteressante.

“Num contexto desses, as discussões morrem, todo mundo começa a olhar para o relógio e os/as estudantes saem da aula sem ter obtido qualquer compreensão sobre as preocupações, sobre seus desejos, sobre relações sexuais. Os/as estudantes tendem a esquecer qualquer aula que seja vista como algo que tenha a ver apenas com a autoridade da escola e com a autoridade do professor”. (BRITZMAN, 2010, p.86).

A autora chama atenção para o fato de que, em muitos casos, a sexualidade quando é inserida num currículo escolar torna-se apenas mais um conteúdo didático e explicativo a ser estudado pelos estudantes, o que gera desinteresse, pois muitos alunos já têm essas

informações sobre o assunto. Outra questão, em minha opinião, refere-se à insegurança e ansiedade por parte dos professores, que muitas vezes não se sentem preparados para dar as respostas aos seus alunos, pois o professor trabalha o conteúdo de Educação Sexual de uma forma bastante vaga e simplificada, seguindo um caráter normativo, regulatório, cheio de repreensões e inseguranças.

Como podemos ver, a sexualidade é um dispositivo histórico cercado de regulamentações, vigilâncias, normatizações que atingem, também, a subjetividade docente. Portanto, os professores, em sua ação pedagógica, também sofrem com a vigilância no falar, no agir, no se vestir e na construção de sua identidade sexual. Mesmo sendo uma exigência no currículo escolar trabalhar a Educação sexual como tema transversal, o que tenho observado enquanto docente é que muitos professores sentem-se inseguros porque a maioria dos estudantes tem a chance de aprender ou sanar suas curiosidades na escola, pois em casa, os pais não abrem espaço para esses assuntos. Por outro lado, muitos pais não permitem que seus filhos tenham conhecimento desses assuntos, fora do lar, num contexto escolar. Outro fator é a falta de conhecimento específico nessa área; a insegurança de falar sobre o assunto sem ter passado por algum tipo de capacitação, pois as secretarias estão mais preocupadas com as disciplinas específicas do que capacitar os professores para abordar com segurança os temas transversais. Os professores acabam por incluir a sexualidade apenas no conteúdo de Reprodução Humana, que é trabalhado no 8º ano do ensino fundamental, deixando assim, as outras séries sem o devido conhecimento desse tema ou quando a escola programa um projeto para trabalhar a sexualidade, envolvendo todas as séries. Ou ainda, quando um aluno “ousado” resolve fazer alguma pergunta sobre o assunto e o professor tem que voltar sua aula para esse tema.

Por outro lado Britzman (2010) destaca que o estudo de Bastien (1998), também aponta para a existência de professores que estão dispostos a trabalhar esse tema com seus alunos com estratégias diferenciadas, principalmente utilizando a arte como recurso. Nestas abordagens os alunos são instigados a refletir sobre cenas de teatro, cinema, músicas, que tratam sobre o tema de forma não regulatória e disciplinar.

“Novas abordagens tais como o uso de testemunhos, do teatro e, de forma mais importante, de discussões do tipo mesa redonda, mostraram-se como as mais eficazes na tarefa de ajudar os/as estudantes a perceberem a relevância do

conhecimento para suas próprias vidas e para o cuidado de si”. (BRITZMAN, 2010, p. 86).

Segundo a autora, na versão “ainda não tolerada” sobre a educação sexual na escola, o professor (a) tem que ousar, falar francamente, sem receios de perder sua autoridade, estabelecer um diálogo aberto com seus estudantes e abrir espaço para o questionamento, para as curiosidades, fazendo com que na escola seja esclarecida não apenas a parte biológica e anatômica da sexualidade, mas também as fantasias, os prazeres, o Eros, as vicissitudes da vida. Britzman (2010).

A autora propõe um modelo de educação sexual que exige muito dos professores. Eles precisam estar dispostos a enfrentar suas próprias ansiedades, serem curiosos e interessados nos estudos dos prazeres e investigar onde e como seu conteúdo atinge a curiosidade de seus estudantes.

CONCLUSÃO

Neste artigo procurei discutir, a partir de minhas experiências, o porquê das angústias e dificuldades que os professores sentem em trabalhar a Educação Sexual na escola. Como vimos, a sexualidade é um dispositivo histórico cercado de regulamentações, vigilâncias, normatizações que atingem, também, a subjetividade docente. Portanto, os professores, em sua ação pedagógica, também sofrem com a vigilância no falar, no agir, no se vestir e na construção de sua identidade sexual.

Para construirmos uma educação sexual franca, curiosa, livre das normatizações e do controle, mas, incentivadora do cuidado de si, é preciso que ousemos desconstruir em nossas práticas as respostas prontas, o disciplinamento da fala, do corpo e da curiosidade. Seria bem mais viável aos estudantes se os professores conseguissem seguir a proposta de Britzman (2010) e tentar desvendar os mistérios da sexualidade, tornando-os “pequenos investigadores do sexo”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. In. LOURO, Guacira Lopes (ORG.) **O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010. 176p.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Reverendo a História da Educação Sexual no Brasil: Ponto de partida para construção de um novo rumo**. Nuances – vol. IV- setembro de 1998. P. 123 – 133.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, 7.ed. Edições Graal, 1985, p. 155.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogia da Sexualidade. In. LOURO, Guacira Lopes (ORG.) **O Corpo Educado. Pedagogia da Sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte. Autêntica Editora, 2010. 176p.

OLIVEIRA, Themis Gondim de. Como a escola pública aborda o tema transversal orientação sexual em sala de aula com o corte na homossexualidade? In. GENTLE, IVANILDA MATIAS et al. (ORG.). **Gênero, diversidade sexual e educação: Conceituação e práticas de direito e políticas públicas**. João Pessoa. Editora Universitária da UFPB, 2008. p.355.